

Discurso do Conselheiro Fernando Correia, por ocasião da outorga da Medalha do Mérito “Nilo Coelho”

Teatro Beberibe – Centro de Convenções

Proferido em 26 de novembro de 2002

Criada na gestão do Conselheiro Orlando Morais, a Medalha do Mérito Nilo Coelho foi instituída através da Resolução Nº 02/86, e desde então é conferida àqueles que se destacam no controle da administração financeira e orçamentária do Estado ou pelos excepcionais méritos e conhecimentos no campo do Direito Público.

Coube a mim a satisfação de saudar os homenageados do ano 2002, em nome dos demais Conselheiros. É um momento de integração entre os que homenageiam e os que são homenageados.

Lembro que saudei os homenageados do ano 2000 e, naquela oportunidade, a exatamente dois anos atrás, invoquei o jornalista Jânio de Freitas, citando trechos de seu artigo publicado no jornal “Folha de S. Paulo”, edição de 22 de outubro. Neste final do ano 2002 e início de século, vale recordar as suas palavras: “a convergência durante a Semana de Estudos do Banco Mundial, do IPEA, da CEPAL e do Foro sobre Desenvolvimento compôs um quadro aterrador do agravamento social no Brasil nos últimos seis anos”. Chega a enfatizar mais adiante: “reduzir a pobreza, reduzir o sofrimento humano, reduzir a morte das crianças essa é a tarefa primordial de gente honesta e lúcida que chegue ao governo...”. Assim concluiu Jânio de Freitas.

A dívida pública brasileira, que em 1994 era de 80 bilhões de reais, foi elevada em 2001 para 606 bilhões de reais. A dívida externa, que em 1994 era de 148 bilhões de dólares, em maio de 2001 alcançou 239 bilhões de dólares. Os gastos com o serviço da dívida pública em 2002 atingiram 52% do orçamento da União. O corte dos gastos públicos vem eliminando, na prática, as políticas regionais de desenvolvimento, sacrificando, sobretudo, o Nordeste. E a nossa região, segundo dados do IBGE, concentra mais de 50% das pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil.

Acha-se em discussão, agora, a Área de Livre

Comércio – ALCA. A chamada ALCA levará inexoravelmente a anexação da nossa América aos Estados Unidos. E logo eles que detêm 75,7 % do PIB do nosso Continente. O Brasil detém 6,7%, o Canadá 5,3%, o México 3,9% e os outros 31 países convidados detêm juntos 8,4% do PIB. A renda por habitante dos países convidados é 70 vezes menor do que a dos norte americanos. Se implantada, a ALCA terá um PIB de 10 trilhões de dólares, superior, portanto, em 1,5 trilhões de dólares do PIB da União Européia. Os Estados Unidos, dispendo de produtos mais avançados em tecnologia, e mais competitivos no mercado, aumentaria, substancialmente, as suas exportações. Aos demais caberiam exportar produtos agropecuários (caso desapareçam as barreiras protecionistas americanas) e produtos semimanufaturados.

O economista e pesquisador social, Clóvis Cavalcanti, em artigo publicado no jornal “Diário de Pernambuco”, edição de 24 de novembro do corrente ano, revela importante estudo de Adam Przeworski, da Universidade de Nova Iorque e James Vreeland, da Universidade de Yale, publicado no conceituado periódico científico *Journal of Developing Economic*, em 2002, com o título de “Efeito dos Programas do FMI sobre o Crescimento Econômico”. O trabalho procurou verificar se tais programas melhoraram ou pioraram o desempenho da economia dos países que ao FMI são levados a recorrer, diante de uma crise cambial ou de balança de pagamentos. Usando metodologia rigorosa, o estudo examina 1.024 casos (desde 1951), período em que países de todo o mundo tiveram que recorrer ao Fundo Monetário Internacional, comparando o desempenho dos que a ele se sujeitaram, com os que não o fizeram (caso, por exemplo, do Brasil, em 1958 e 1959, com Juscelino Kubitschek). A conclusão é inequívoca, traduz o economista Clóvis Cavalcanti: os programas do FMI reduziram o crescimento de quem os seguem, enquanto os que a eles resistem se saem melhor em todos os parâmetros econômicos de referência. Isso, mesmo

quando ambos os grupos confrontam *déficits* internos elevados e crises de reservas cambiais.

Creio que as nossas dificuldades, todavia, poderão ser superadas por força de nosso povo, das cabeças pensantes do nosso País, entre as quais destaco os nossos homenageados.

As palavras de Jânio de Freitas, aqui reproduzidas, continuam de grande atualidade, aumentando, mais ainda, a responsabilidade do governo que assumirá os destinos do nosso País, a partir do dia 1º de janeiro de 2003. Junto com a grande maioria do povo brasileiro, uma parcela também aqui representada, desejo ver enfrentadas pelo novo Presidente, Luis Inácio Lula da Silva, as questões ora levantadas, e muitas outras que vêm se agravando de décadas em décadas, de séculos em séculos. Com toda a legitimidade que lhe foi conferida pelas urnas. Urnas que refletiram o desejo, o sonho e a vontade dos homens e mulheres da nossa Nação, por um País justo e soberano.

Imbuído desse espírito, saúdo, pois, **Izael Nóbrega da Cunha**, bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, aprovado em concurso público para Oficial de Justiça, Juiz de Direito do Estado, Promotor Público, Procurador Judicial do Município do Recife. Exerceu os cargos de Secretário Civil do Estado de Pernambuco, Consultor Geral do Estado, Procurador-Geral do Estado e, atualmente, exerce as funções de Procurador-Geral do Município de Olinda.

Saúdo a Desembargadora Federal, **Margarida de Oliveira Cantarelli**, bacharela em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre e Doutora em Direito. Professora Titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco e da Universidade Federal de Pernambuco. Professora de *Direitos Humanos* do curso de graduação da Faculdade de Direito do Recife. Secretária de Estado para Assuntos da Casa Civil. Chefe de Gabinete do Ministro da Educação. Promotora de Justiça do Estado de Pernambuco. Participante de inúmeros Congressos no Brasil e no exterior. Vários trabalhos publicados, notadamente na área de Direito Internacional Público.

Saúdo a Desembargadora, **Helena Caúla Reis**, bacharela em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco onde, também, fez o mestrado. Larga folha de serviço prestado ao Estado. Destacamos:

Perita Criminal, Promotora de Justiça, Procuradora de Justiça, Diretora da Escola Superior do Ministério Público, Professora da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Pernambuco, Professora e Vice-Diretora da Faculdade de Direito do Recife. Participou de inúmeros Congressos e Cursos e é autora de inúmeras publicações. Atualmente exerce o cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça de Pernambuco, com assento na 6ª Câmara Cível.

Saúdo o Professor e Reitor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, **Emídio Cantídio de Oliveira Filho**, Engenheiro Agrônomo, com mestrado em irrigação. Vários foram os trabalhos publicados e honorarias recebidas.

Saúdo **Euclides Almeida do Nascimento**, agricultor familiar. Foi um dos fundadores do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Estado de Pernambuco. Vice-Presidente da Contag. Dirigiu a Fetape. Atualmente é Assessor de Formação e Organização Sindical Rural da Fetape. Não cursou universidade mas tem o curso da vida vivida e diz em sua apresentação: "Nasci em cafundó/ Em uma casa com goteira/ Minha mãe grávida de mim/ Pois não era brincadeira/ E na noite em que nasci/ Foi nas mãos de uma parteira".

Saúdo **Eliana Maria Lapenda de Moraes Guerra**, bacharela em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Participou ativamente de inúmeros Congressos. Assessora Jurídica da FEBEM. Atualmente exerce as funções de Procuradora-Geral Adjunta do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Eleita Diretora Financeira da Associação Nacional do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Foi agraciada com diversas medalhas.

Saúdo **Marcos Antônio Rios da Nóbrega**, bacharel em Economia, Administração de Empresas e em Direito. Mestrado em Direito na Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Escola de Magistratura de Pernambuco, Professor da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães. Professor da Escola Superior de Administração Financeira. Professor da Escola de Governo da Fundação Joaquim Nabuco. Diversas são suas publicações e palestras proferidas. Desempenha as funções de Auditor, substituído de Conselheiro, neste Tribunal de Contas.

A todos os nossos melhores cumprimentos.

Luci Artes Gráfica Ltda

Av. Presidente Kennedy, 1539 - Peixinhos - Olinda - PE
Fone/Fax: (81) 3241.2708 - E-mail: lucigraf@terra.com.br